

A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro

JAILSON MOREIRA DOS SANTOS / SÃO PAULO

Dedico este trabalho a todos aqueles colegas que, ao longo da história da Caixa Econômica Federal do Brasil, ajudaram a construir e a manter este que é o maior banco público da América Latina.

"A coesão social deve-se, em grande parte, à necessidade de uma sociedade se defender de outras."

Henri Bergson

Resumo

Análise histórica e antropológica sobre a construção e formação do perfil da Caixa Econômica Federal como instituição pública de direito, promotora do desenvolvimento social, político e econômico brasileiro. A análise procura descrever e valorizar a representação social que essa instituição construiu ao longo de seus quase 150 anos, pressupondo que a instituição nasceu das reivindicações e demandas de uma sociedade excluída da condição socioeconômica do Brasil no século XIX.

Palavras-chave: Caixa Econômica Federal; instituição pública.

Siglas usadas neste trabalho

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PIS – Programa de Integração Social
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIES – Financiamento Estudantil
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Sumário

Agradecimentos

1. Introdução

2. Século XIX, a Caixa começa sua história

3. Cooptando brasileiros submetidos à violência social e aos mandos e desmandos de uma sociedade de corte e oligárquica

4. A importância da Caixa no cenário histórico brasileiro

Considerações finais

Referências bibliográficas

Agradecimentos

Agradeço a minha eterna companheira Simone, pela contribuição e incentivo emocional. Aos meus quatro filhos do coração e do espírito, Luís, Tiago, Talita Ariadne e Tainá Ianaê. Agradecimentos sentimentais às minhas avós materna e paterna, que, embora não soubessem ler e escrever, me ensinaram a ver e a ler o mundo com suas histórias de vida e com as leituras de literatura de cordel que as faziam sonhar e chorar nas tardes de domingo.

Fraternos agradecimentos às minhas professoras e aos meus professores da Universidade de São Paulo, professoras Lilia Moritz Schwarcz, Margarida Maria Moura, Marta Amoroso, Fernanda Áreas Peixoto, Márcio Silva, professores Luís Carlos Jackson e Claudio Ulpiano, que me ensinaram a ver e a ler as histórias do Brasil com sensibilidade, razão crítica, afeto, humildade e emoção.

Agradecimentos fraternos aos colegas da Caixa Salvador Rocha Lisboa, por me ensinarem a ver a Caixa como uma instituição importante e grandiosa, instituição decisiva no processo de formação socioeconômica do Brasil. Agradecimentos a Lisete G. Lemos Santos, por saber me contar sua experiência de mais de 20 anos de Caixa.

Enormes agradecimentos aos colegas Érika Maria Tanaka, Fábio Kenji Kunikame Karyia, Cláudia Myiagui, Lia Soller Dias, Maria de Lourdes Destro, Fausto do Carmo Funicelli, Ricardo Maruski Desideri, Francisco (o Chico), Cristina Pain, Virgili, Renato, Mauro, Jéssica, Cássio, Nilza, Maria Helena, Sérgio Tetsuo, Maria Luiza, Regina Ignez, Rosana Delvaz, Maurício, Adriana Guazelli, Luiz Carlos, Freitas, Márcio e tantos outros colegas que contribuíram e ainda contribuem para que a Caixa continue sendo o banco oficial do Brasil de tantos e diversos modos de ser brasileiro.

1. Introdução

Desde o século XIX a Caixa Econômica Federal se faz presente na vida de milhões de brasileiros. Sua raiz intelectual e econômica está na casa de Penhor Monte de Socorro da Corte e a Caixa Econômica da Corte, duas importantes instituições públicas que mais tarde se fundiram e contribuíram enormemente para o processo de formação econômica, social e política do Brasil.

Foi na época imperial, sob a regência de D. Pedro II, que nobres sem fortuna alguma, senhoras de poucas rendas, negros pleiteando alforrias e pequenos comerciantes depositaram suas economias no que hoje conhecemos como Caixa Econômica Federal. Aliás, a Caixa tem sido sinônimo de garantia para milhares de poupadores e assegurou os depósitos de seus clientes por quase 130 anos ininterruptos, até a chegada ao poder do presidente Fernando Collor de Mello, que, por decreto, mandou confiscar todos os ativos financeiros da população brasileira, inclusive as tão fiéis cadernetas de poupança.

Esta monografia versa sobre esses "causos" e outros do desenvolvimento econômico brasileiro, e a importância da Caixa nesse cenário: uma instituição que se mostrou forte desde seus primórdios e que procurou satisfazer aos reclamos de grande parte da coletividade, e não apenas de um seletivo grupo ou classe social. Com isso, em 12 de janeiro de 1861, D. Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que sancionava a criação de uma Caixa Econômica e de um Monte de Socorro, na Corte, cuja finalidade maior, naquele momento, era conceder empréstimos e estimular o hábito de poupar entre a população até então tida como imprevidente e perdulária.

A Caixa, como instituição pública participante dos principais momentos da história do Brasil, a partir do Segundo Reinado, nasceu de pequenas poupanças de escravos que almejavam a liberdade por meio de cartas de alforria, de senhoras que penhoravam suas joias mais singelas e de pequenos comerciantes que fugiam da usura da agiotagem, ao tomarem empréstimos com juros bem menores. Esses segmentos sociais contribuíram grandiosamente para que uma instituição pública como a Caixa ainda se faça presente na vida de milhões de brasileiros que – a exemplo do que acontecia naquela época – ainda hoje almejam serem "justamente" reconhecidos e respeitados como cidadãos plenos, de direito.

2. Século XIX, a Caixa começa sua história

A história da Caixa Econômica Federal do Brasil está estreitamente relacionada à história de milhares de brasileiros e brasileiras que, ao longo de suas histórias de vida, foram de algum modo excluídos do universo econômico e da participação ativa na política do país no século XIX. Eram pequenos comerciantes, homens e mulheres de baixa renda, submetidos a trabalhos braçais de pouco ganho; mulheres e homens negros apesados e surrados pelo trabalho escravo e pela vida, que pretendiam poupar para conquistar a tão sonhada carta de alforria; negros e negras alforriados que também pretendiam conquistar a "efetiva" liberdade econômica, em detrimento dos mandos de seus ex-senhores. Assim como milhares de brasileiros que fugiam da usura da agiotagem e das condições econômicas instáveis vividas à época. Esses foram os homens e mulheres que primeiro ajudaram a construir o que hoje é

o maior banco público do Brasil e da América Latina. A Caixa é uma das instituições mais importantes na área da gestão de políticas públicas na contemporaneidade.

Falar da construção histórica da Caixa é descrever um processo inovador, na época, tendo em vista que nenhum banco do Império abarcava os grupos e segmentos sociais menos favorecidos, sem levar em consideração os ganhos vultuosos que almejavam. Esses bancos se pautavam essencialmente em aspectos draconianos do capitalismo nascente e no efetivo mecanismo da usura, ou seja, pretendiam conquistar ganhos imediatos e volumosos, sem levar em conta os anseios individuais de seus clientes, suas histórias de vida, suas reais necessidades, seus *modos operandi*.

Foi na época imperial, no Segundo Reinado, período na história do Brasil que perdurou por quase 60 anos – começou nos anos 1840 e foi até 1889, findando com a Proclamação da República –, que a Caixa deu seus primeiros passos. Essa época começou com a declaração de maioridade do regente D. Pedro II.

Foi sob a regência de D. Pedro II que nobres sem fortuna, senhoras de poucos ganhos, negros pleiteando as alforrias, negros alforriados e pequenos comerciantes sonhavam em ter condições mais dignas de existência. Eles passaram a depositar suas economias no que hoje conhecemos como Caixa Econômica Federal. Desde então, a Caixa tem sido sinônimo de garantia de milhares de poupadores, assegurando os depósitos de seus clientes por quase 130 anos consecutivos, até a chegada ao poder do presidente Fernando Collor de Mello, que por decreto mandou confiscar todos os ativos financeiros da população brasileira, inclusive as cadernetas de poupança. Tal medida afetou a confiabilidade de milhões de brasileiros, que até então tinham na Caixa a certeza da garantia de resguardo de seus recursos, poupados durante anos.

Cabe lembrar que, embora a criação da Caixa tenha sido oficializada em 12 de janeiro de 1861, a ideia de criar esse tipo de instituição no Brasil remonta a 1830, quando surgiram as primeiras formas organizacionais desse modelo, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Delas, somente a de Ouro Preto, em de Minas Gerais, conseguiu sobreviver por mais tempo. Foram vários os fatores que provocaram a decadência dessas primeiras versões de caixas econômicas. Dentre eles estavam: a falta de apoio consistente do Império, sob a regência de D. Pedro I, no Primeiro Reinado; as constantes crises financeiras da época, como, por exemplo, a crise de decadência da extração do ouro, associada à falta de clareza nas instituições públicas para atuar de modo a que realmente satisfizessem às demandas das classes menos privilegiadas. Não havia, naquele período, a preocupação em atender a uma população considerada desprivilegiada do ponto de vista econômico e social. As instituições financeiras do século XIX estavam de tal modo centradas no ganho imediatista e na usura que não tinham qualquer tipo de sensibilidade para pensar em um modelo diferenciado para atender o enorme contingente de brasileiros que viviam em condições subumanas.

Diante de todos esses complicadores, havia ainda um número enorme de escravos que estavam prestes a conquistar a liberdade. Embora a Lei Eusébio de Queiróz tenha posto fim ao tráfico de escravos no Brasil do princípio do Segundo Reinado, diversos homens e mulheres negros ainda viviam sob escravidão. Mas os movimentos abolicionistas atuavam com insistência em prol da libertação efetiva dos escravos. Um dos grandes problemas que estava

por vir era como atender a esse contingente de pessoas que seriam libertas, como financiar a força de trabalho livre? Como a sociedade brasileira abarcaria esse grande número de homens e mulheres sem prejuízo do *status quo*, que fora construído sobre o alicerce das capitanias hereditárias, numa sociedade oligárquica e agrária, que durante séculos serviu de modelo de administração pública no Brasil?

Esse tipo de preocupação não vigorou nas mentes dos homens na política brasileira. Não houve aqui um projeto nacional que pudesse absorver essa mão de obra escrava e integrá-la socialmente. Na verdade, houve a iniciativa de poucos que possibilitaram a criação de um banco que representou os primeiros passos para atender "socialmente" a um grupo que até então não era reconhecido.

Nesse contexto, um dos fatores preponderantes no processo de criação oficial da Caixa Econômica Federal estava substancialmente relacionado às demandas representadas pelas classes menos privilegiadas, tendo em vista a emergência do atendimento desses setores sociais não considerados e que passaram a clamar, socialmente, por uma atenção especial. Fator bastante contributivo e bem-exemplificado em obras como a da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, em *As barbas do imperador* – que trata muito bem dessa emergência – foi o progresso cultural e industrial do século XIX. Segundo Lilian, à frente desse pensamento emergencial estava D. Pedro II, figura de caráter personalista e um homem adiante de sua época. O imperador era o representante mais característico de um movimento cultural e industrial que se iniciava intelectualmente em meados do século XIX, na Europa. Como viajou muito pelo mundo e trouxe para o Brasil modelos de modernidade, D. Pedro II, impulsionado pela emergência e pelo clamor de uma massa desprivilegiada, decretou a criação da Caixa Econômica e do Monte de Socorro.

Claro que as demandas sociais foram marcantes, assim como a emergência de atendimento de uma população desprivilegiada e de pouca renda, e a possibilidade de ascensão de uma população negra numerosa que se pretendia alforriar, como já foi dito. Mas essas demandas sociais pulsantes e associadas à visão sensível do imperador D. Pedro II e aos problemas enfrentados no século XIX criaram a possibilidade da aprovação, em 22 de agosto de 1860, da Lei dos Entraves. Essa lei propiciou o surgimento da Caixa Econômica, e, no dia 12 de janeiro de 1861, o imperador assinou o Decreto nº 2.723, que aprovava a criação de uma Caixa Econômica e um Monte de Socorro na Corte.

Cabe ressaltar que o nome Monte de Socorro foi inspirado nos Montes Pios ou nos Montes de Piedade europeus. Estes eram, na Europa, uma tábua de salvação para as classes menos privilegiadas, que não tinham acesso a estabelecimentos bancários e, por conseguinte, não podiam contrair empréstimos. Nos Montes de Piedade ou Montes de Socorro, os empréstimos eram tomados com garantia de joias e objetos, a juros razoáveis e prazos também aceitáveis para pagamento.

Já nos idos de abril de 1874, D. Pedro II, tendo decretado a criação da primeira Caixa e de um Monte de Socorro na Corte, em 1861, assinou o Decreto nº 5.594, autorizando a construção de Caixas Econômicas e Montes de Socorro nas províncias do Império. A primeira foi a de São Paulo, com sede hoje na Praça da Sé, nº 235, durante muitos anos sede oficial da Presidência da Caixa Econômica Federal.

Diante das demandas sociais da época, pensar numa instituição como a Caixa, banco público que priorizava o atendimento de uma população numerosa de desgarrados sociais, era pensar numa instituição à frente de seu tempo. Em vista disso, pode-se afirmar que a Caixa Econômica Federal foi a instituição brasileira que primeiro deu os passos no sentido de atender a esses segmentos sociais, tornando-se não só pioneira, mas também uma instituição moderna, ao pensar as questões sociais e econômicas, de mercado, concomitantemente.

Assim, a Caixa Econômica, nos moldes pensados pelas sociedades da época, e alinhada ao desejo pessoal do imperador D. Pedro II, privilegiava a concessão de empréstimos e o estímulo à poupança por parte de uma população até então tida como imprevidente. Portanto, a Caixa nasceu, substancialmente, do recebimento de pequenas poupanças das classes menos abastadas, incluindo homens e mulheres considerados à margem da sociedade de Corte. Também se incluíam na marginalidade os escravos, que passaram a economizar para pagar suas cartas de alforria. Em contrapartida aos empréstimos, a Caixa garantia o pagamento de juros de 6% a.a. E também assegurava a restituição dos depósitos a ela confiados (garantia que foi quebrada no primeiro governo democrático brasileiro após a ditadura de 1964, do então presidente Fernando Collor de Mello).

A Caixa também iniciou, ainda no período do Segundo Reinado – na segunda metade do século XIX –, suas atividades de penhor, que até hoje têm importância significativa do ponto de vista econômico e social. A maneira como a Caixa trata o penhor não se pauta apenas pelo viés economicista, mas sob a ótica emocional, levando em consideração aspectos inerentes à história de seus clientes, às relações emocionais que estes têm com seus objetos de família, quando penhorados, propondo renegociações que possibilitem o retorno de objetos caros aos seus proprietários.

É importante ressaltar que, antes do surgimento da Caixa Econômica Federal, havia no Brasil imperial centenas de casas de penhora conhecidas popularmente como “Casas de Prego”. O nome tem origem no costume de seus proprietários de colocar as peças empenhadas dependuradas num prego, que ficava à vista dos interessados em adquiri-las, caso seus verdadeiros proprietários não pudessem reavê-las. Daí vem a expressão “pôr no prego”. Os métodos de persuasão adotados pelos comerciantes das Casas de Prego não eram os mais sentimentais; na verdade, eram pautados na agiotagem, apropriando-se dos poucos recursos das famílias menos abastadas e cobrando juros exorbitantes, sob a ameaça de leilão de objetos muitas vezes dotados de valor econômico, outras de valor econômico e sentimental.

A criação de uma instituição como a Caixa Econômica no Brasil do século XIX, à primeira vista pode parecer não ter sentido algum. Afinal, o Brasil era um país onde proliferavam comunidades indígenas multiétnicas, europeus, negros de diversas origens no continente africano, assim como uma gama de miscigenados, todos vivendo sob o comando de uma monarquia lusitana – que fugira do Império de Napoleão Bonaparte e se refugiara em terras tropicais, aqui permanecendo por quase 70 anos, rodeada de países republicanos. Ao mesmo tempo, como pensar que a necessidade de uma instituição social como a Caixa nasceu da cabeça de um homem do século XIX, que não era um cidadão desprivilegiado socialmente, não

integrava um movimento abolicionista e não participava de qualquer movimento republicano? Como explicar que a ideia dessa instituição não nascera estritamente de um movimento que demandava e clamava por atendimento emergencial, mas na mente de um monarquista que, por ora, era imperador do Brasil?

A resposta talvez esteja no fato de que D. Pedro II era um indivíduo do século XIX, que viajara pela Europa e pelo resto do mundo, que fazia parte das maiores realezas europeias, a realeza dos Bragança, dos Bourbon e dos Habsburgo. Esse indivíduo reinava num país tropical, repleto das mais diversas comunidades indígenas, e que era, na época, o único país do mundo que ainda contava com o regime escravista como um de seus alicerces sociais. Segundo dados historiográficos coletados pela professora Lilia Schwarcz, só na capital do Segundo Reinado, o Rio de Janeiro, havia uma população de 97 mil habitantes e uma população escrava de quase 40 mil pessoas – ou seja, quase metade da população era negra e escrava (Schwarcz, 2007, p.13).

Assim, como explicar a criação de uma instituição que iria atender fundamentalmente as populações menos privilegiadas, num país com tantas contradições étnicas, sociais e econômicas? A resposta talvez esteja no fato de o regente D. Pedro II ter sido um homem adiante de seu tempo, pois viveu a época das grandes inovações científicas, Revolução Industrial e do maior conflito que os latino-americanos jamais viram no continente, a Guerra do Paraguai. Segundo Lilia Schwarcz, o regente era bastante viajado, e os contatos com o exterior possibilitaram-lhe viver uma efervescência intelectual bastante contundente, mantendo estreita relação com intelectuais iluministas da Paris do século XIX. Ao analisar todo esse contexto histórico, é possível dizer que o regente idealizava modernizar o Brasil – e não dava para pensar em modernidade convivendo com regime escravista e vida insalubre, como muitos brasileiros viviam à época.

Outro fator preponderante que possibilitou a criação de instituições que mantivessem o lastro econômico de populações menos privilegiadas foi a emergência da produção do café. Embora o café tenha sido introduzido na agricultura brasileira em 1717, sua produção adquiriu grande importância no princípio do século XIX, tendo em vista a decadência da extração do ouro – setor econômico para onde estavam voltadas as atenções da economia do Império. É importante ressaltar que o café foi um produto de fundamental importância, possibilitando a recuperação econômico-financeira do Brasil no fim do século. Ele reintegrou a economia brasileira, essencialmente agrícola, aos setores em expansão no mercado mundial.

Nesse sentido, instituições como a Caixa Econômica deviam ser criadas para que se pudesse atender à demanda de uma população que até então era essencialmente escrava e monocultora, e que agora passaria a se profissionalizar e a contar com pequenos financiamentos para produzir café. Grande parte dessa população passaria a trabalhar em fazendas cafeeiras, não mais poderiam viver sob regime de trabalho escravo. A Caixa iniciava assim sua jornada atendendo sensivelmente àqueles segmentos sociais até então discriminados pela sociedade de Corte, e começou a fazer a grande diferença não só econômica, mas também social e política.

A Caixa passou a ser uma instituição de referência nacional, pois não tinha as práticas de um banco convencional, e foi se personalizando como um banco social e político. Ao se

tornar sensível às demandas emergentes de uma sociedade excludente, passou a capacitar seu *modus operandi* para apreender o social e politizar criticamente seus clientes. A instituição, no futuro, iria se posicionar como único banco oficial a processar os atendimentos sociais, administrando recursos importantes, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os recursos de saneamento e tratamento de água e esgoto, o seguro-desemprego, o Programa de Integração Social (PIS) e tantos outros fundos que contribuíram para formar o caráter social do banco oficial dos milhares de brasileiros desprivilegiados econômica e socialmente.

3. Cooptando brasileiros submetidos à violência social e aos mandos e desmandos de uma sociedade de corte e oligárquica

Quem eram os primeiros brasileiros que ajudaram a construir uma das instituições públicas mais importantes do mundo e uma das maiores da América Latina? Como viviam, como se relacionavam social e economicamente? Quais eram seus anseios e desejos sociais? Como foram cooptados pela Caixa, e como aceitaram essa cooptação? Que brasileiros eram esses?

O brasileiro que primeiro ajudou a construir a Caixa foi o brasileiro do século XIX. Foi o brasileiro negro e escravo, o sertanejo e itinerante, o caboclo "desindianizado", o pardo de ancestralidade moura e de mestiçagem forçada, o brasileiro humilde e submetido às condições mais indignas que nosso continente jamais viu. Foi uma gente humilhada e subjugada aos anseios e desejos de uma oligarquia agrária e urbana desvairada, sedenta de dinheiro e de poder desmesurado.

O brasileiro do século XIX era rendido ao senhorio local, o verdadeiro mandatário, que exercia o papel de manter a desigualdade e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Era um senhor feudal, mantendo seus feudos, suas casas-grandes sob olhar atento. As casas-grandes e as senzalas eram administradas com mando e desmando, permissividade, libertinagem, corrupção e toda variação de violência da nossa cultura.

As noções de família e de sociedade brasileira foram configuradas nas casas-grandes, e foram elas que ajudaram a gerar e formar as grandes oligarquias agrárias e urbanas que ainda hoje se perpetuam no Brasil do século XXI. Como já afirmou Émile Durkheim: "A família é o principal sujeito das estratégias de intervenção e de reprodução, não apenas biológica, mas reproduz as relações sociais, econômicas e políticas. Entre estas relações, também multiplica a violência." Pode-se portanto afirmar que a família é produto do trabalho da instituição que tem como objetivo estabelecer, de forma adequada ou não, a sociabilidade. Nesse sentido, o brasileiro do século XIX foi o brasileiro submetido às condições desumanas e desiguais gestadas no Brasil colonial, perpetuadas na sociedade de Corte e mantidas na República dos Coronéis do século XX.

Os brasileiros que ajudaram a construir o maior banco público do Brasil foram aqueles que, como dizia Darcy Ribeiro, "sofreram um parto violento ao nascer". Foram aqueles brasileiros que viviam em terras onde se estimulavam os estupros de índias, o genocídio indígena, a compra de negros da África para o funcionamento de um dos piores modelos de servidão humana, o regime escravista. Como afirmou Darcy Ribeiro, em trabalho memorial:

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasíndio mestiço na carne e no espírito, que, não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava – nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos lusonativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro. (Ribeiro, 2002, p.128)

Foram esses os brasileiros cooptados pela Caixa Econômica Federal. Foram aqueles que, embora existissem, embora fizessem parte do *status quo* do Brasil colonial e do Brasil do século XIX, não eram reconhecidos como brasileiros. Esses homens e mulheres, aos montes, foram cooptados pela Caixa Econômica e durante muito tempo formaram e ainda formam o contorno social de clientes numa instituição pública com o perfil da Caixa. São indivíduos que até hoje ainda transmitem a seus descendentes, e clientes atuais da Caixa, a marca da subserviência, da necessidade de um atendimento especial, porque são “brasileiros”. São clientes que ainda vivem as relações de subserviência da casa-grande e da senzala, relações que, infelizmente, ainda vigoram em nossa sociedade e reforçam os mecanismos de violência social.

Nesse contexto, percebe-se que há na Caixa, não só via instituição, mas também no perfil de seus 81 mil funcionários, a preocupação e a necessidade de reafirmação de ações públicas e sociais no que tange ao atendimento de seus clientes. Os funcionários, de um modo geral, apreenderam a ideia de que devemos fazer a diferença, pois somos um banco histórico, um banco social, e, diante de tanta adversidade, pensamos sempre em também dar um atendimento e uma atenção especial para nossos clientes e colaboradores.

A Caixa nasceu num Brasil multifacetado, de dez milhões de pessoas miscigenadas, de variada cultura – índios, negros, europeus, caboclos, mamelucos e mulatos. Darcy Ribeiro sempre dizia que deveríamos primeiro nos reconhecer como brasileiros, que somos, para depois nos aceitarmos como brasileiros. Em *O povo brasileiro*, figura essa afirmativa que, embora nos seja muito dolorosa, nos serve de consolo. O reconhecimento de que fala Darcy Ribeiro é necessário, porque só assim podemos nos aceitar como brasileiros que somos. A menção a esse povo que teima em existir diz o seguinte:

O que se estimulou no Brasil foi o estupro de índias, o genocídio indígena, a importação de negros da África. Nunca houve aqui um “conceito de povo” que pudesse englobar a todos e atribuir-lhes direitos, nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar dignamente. A sociedade que se formava era um mero conglomerado de gentes multiétnicas, alguns oriundos da Europa, muitos da África e muitos que aqui já estavam. O Brasil nasceu fruto da violência. (Ibid.)

Foi esse o Brasil que deu início a essa grande aventura que é a Caixa Econômica Federal. Nos primeiros dias da instituição, já se identificavam algumas tendências e perfis que se consolidariam e reafirmariam para configurar a instituição de hoje, com a diversidade de seus clientes e funcionários, na sua grande maioria representando fielmente o perfil do povo

brasileiro, daquele mesmo povo retratado por Darcy Ribeiro no período da colonização. Diante disso, cabe ressaltar que a Caixa surgiu da necessidade humana de atender a uma população desprivilegiada, uma população mais pobre, uma população que viveu historicamente a subserviência e a indignidade social. Segundo Lia Valls Pereira, "as somas depositadas pelos 50 primeiros clientes da instituição variavam entre 10 e 50 mil-réis" (Pereira, 2001, p.75-7). Para se ter ideia, uma refeição, à época, não saía por menos de dois mil-réis. O exemplo reforça o que já se afirmou: a Caixa nasceu das mãos de muitos que tinham pouco para oferecer, mas que, juntos, construíram uma das maiores instituições públicas do Brasil, o maior banco público brasileiro e o maior da América Latina.

O primeiro depositante oficial da Caixa Econômica Federal foi Antônio Álvares Pereira Coruja, de 55 anos, morador da capital do Brasil na época, a cidade do Rio de Janeiro, que abriu sua conta com dois mil-réis. Cabe lembrar que as dez primeiras contas foram abertas em nome de crianças, ato que se tornou tradição na Caixa. Por isso, achou-se por bem lançar uma campanha que denominaram Semana do Pé de Meia, e, assim como ainda faz quando seus clientes abrem uma conta de poupança e ganham brindes (como os atuais "Poupançudos"), a Caixa distribuía cofrinhos como brindes. Na época, a instituição chegou a distribuir cerca de dez mil cofrinhos, um sucesso de campanha.

É importante ressaltar que a Caixa também nasceu com a missão de estimular o hábito de poupar. Recentemente, chegou-se à marca de 15 milhões de poupanças abertas. A poupança mais antiga da Caixa foi aberta em nome de uma celebridade da Academia Brasileira de Letras, seu ex-presidente, Austregésilo de Athayde – e, segundo Lia Valls Pereira, também foi confiscada na era Collor.

Esse Brasil de dez milhões de brasileiros, das primeiras poupanças infantis e de seus mais de dez mil cofrinhos era um país ainda administrado sob a forma de capitânicas. Embora as autoridades das capitânicas não mais tivessem a autonomia de ação que possuíam nos séculos anteriores, pois eram subordinadas à autoridade do vice-rei, o Império brasileiro ainda cuidava da ordem e dos interesses portugueses aqui estabelecidos.

O Brasil de princípio do século XIX era um país que utilizava, na agricultura, os mesmos mecanismos empregados no século XVI. Houve uma grande queda na atividade canavieira, no algodão e no tabaco, produtos que, em séculos anteriores, fizeram a vez do comércio, embora tivessem usado ampla mão de obra escrava. Naquele momento, a pecuária estava concentrada em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, que produziam laticínios e charque. A mineração, outrora a joia da Coroa portuguesa, atingiu seu mais baixo rendimento, em virtude do esgotamento das jazidas. A atividade industrial existia modestamente desde o reinado de D. João XV, pois fora proibida em 1785, e era recente sua propagação no Segundo Reinado. Basicamente, a instalação de indústrias no Brasil fora marcada pelo acesso inglês ao mercado consumidor brasileiro, pois desde o Primeiro Reinado promoveu-se a instalação de grande número de firmas inglesas aqui, difundindo o consumo de artigos vindos da Inglaterra.

Nesse contexto, como podemos imaginar a situação de vida de um simples brasileiro? Como vislumbrar quais eram seus anseios e desejos, numa sociedade em que as classes eram altamente demarcadas, e as relações de subserviência eram a característica mais preponderante?

4. A importância da Caixa no cenário histórico brasileiro

A Caixa, ao longo de seus quase 150 anos, é a instituição pública de referência para os segmentos sociais menos privilegiados e mais numerosos no Brasil. Ela é a instituição oficial na disponibilização do crédito imobiliário e a instituição oficial que administra vários fundos e programas sociais do governo federal brasileiro.

Dentre os principais fundos e programas sociais administrados pela Caixa estão: o FGTS, fundo que prioriza o atendimento aos setores de habitação e saneamento básico; o PIS, o seguro-desemprego, o Bolsa Família, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre outros. Além destes programas, a Caixa realiza operações normais de um banco, pois ainda oferece produtos como o penhor. Nesse tipo de produto, a ideia é permitir certa tranquilidade a quem dispuser de economia para guardar ou necessita de empréstimos a juros mais acessíveis. Com tudo isso, pode-se perceber claramente que a Caixa Econômica Federal é de fato a instituição social oficial do Brasil, pois atende às áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços. Deste modo, exerce papel fundamental para o desenvolvimento social, como a maior promotora de desenvolvimento urbano e de justiça social, ao priorizar o atendimento àquela população de menor renda e mais carente de recursos públicos.

Um importante produto da Caixa, que foi estritamente idealizado e direcionado para a população de renda baixa, foi o Caixa Aqui. O produto foi lançado em 2003 e possibilitou, logo no primeiro ano, a abertura de quase 2,5 milhões de novas contas para aqueles brasileiros que viviam na informalidade, e puderam abrir sua primeira conta bancária sem comprovação de renda. O mais importante nesse produto é a possibilidade de criação de pequenos empreendimentos tão sonhados, com o acesso a empréstimos a juros de 2% ao mês. Ao todo, foram concedidos cerca de 240 milhões de reais em empréstimos para esses clientes que até então viviam na informalidade e na exclusão bancária, tendo em vista que nenhum banco no país permitia a abertura de contas bancárias sem a devida comprovação de renda.

Num país com um contingente tão grande de pessoas vivendo na informalidade, a solução seria excluí-los de acesso aos bancos? A Caixa não aceitou isso e – a exemplo do que fizera com seus primeiros clientes, aqueles que também viviam à margem do complexo econômico ativo do Segundo Reinado – pensou agora, no século XXI, numa forma de atender a esse segmento que vive na informalidade. É importante ressaltar que atitudes como esta permitiram a premiação da Caixa como a empresa símbolo da responsabilidade social, em 2004, com o Prêmio Marketing Best de Responsabilidade Social.

A Caixa também administra e distribui os principais programas de geração de renda do país. Em 2003, o governo federal achou por bem unificar todos esses programas – Bolsa Escola, do Ministério da Educação, Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde, Auxílio Gás, do Ministério de Minas e Energia, e o mais divulgado programa de distribuição de renda, o Bolsa Família. Embora esses programas sejam bastante criticados e considerados assistencialistas, eles são importantes, pois enquanto o desenvolvimento socioeconômico não alcançar todos os cidadãos brasileiros, a parcela da população que vive à margem da economia formal deve ser atendida, mesmo que emergencialmente.

O Bolsa Família segue o exemplo do que ocorreu com o New Deal, do governo de Franklin Delano Roosevelt, nome dado a vários programas implementados nos Estados Unidos nos

anos da Depressão norte-americana, entre 1933 e 1937. O programa objetivava recuperar a economia americana e, ao mesmo tempo, auxiliar os prejudicados pela Grande Depressão e a população de menor renda. Incluía-se nele o investimento maciço em obras públicas como a construção de usinas hidrelétricas, pontes, hospitais, barragens, escolas e aeroportos. Também foram importantes o controle sobre os preços e a diminuição da jornada de trabalho, com a finalidade de abrir novos postos. O modelo norte-americano é bastante semelhante a outro programa do governo federal, criado recentemente, e que também estimula o crescimento econômico: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual grande parte dos recursos é administrada pela Caixa.

O PAC é um programa do governo federal que visa a estimular o crescimento da economia brasileira, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, por meio do investimento em obras de infraestrutura, como a construção de portos, rodovias, redes de esgoto, aeroportos, geração de energia, ferrovias, hidrovias, reurbanização de favelas etc. Lançado em janeiro de 2007 pelo governo de Lula, o PAC previa um investimento da ordem de quase R\$ 600 bilhões até o fim de 2010. Os fundos utilizados pelo Programa têm origem em recursos da União (orçamento do governo federal), capitais de investimentos das estatais como Petrobras e até a Caixa, além de investimentos privados. Dos quase R\$ 600 bilhões de recursos do PAC, cerca de R\$ 150 bilhões passaram pela Caixa, pois ela é o principal agente financeiro do governo federal.

É importante ressaltar que, além de ser um banco social, a Caixa Econômica Federal do Brasil também é um banco com grande participação comercial no mercado. Só com a poupança, ela tem cerca de 40% da fatia do mercado atual, e recentemente fechou o ano com a maior captação da história, chegando a atrair cerca de R\$ 3 bilhões. O acumulado praticamente atingiu R\$ 110 bilhões – somente no estado de São Paulo a captação chegou ao recorde histórico de quase R\$ 30 bilhões.

Aliás, não é possível falar na criação da Caixa Econômica sem mencionar a conta de poupança. O surgimento do banco tem relação com os recolhimentos de depósitos dos brasileiros menos favorecidos economicamente. A importância da poupança para a Caixa é comprovada já no decreto de sua fundação. Constava no artigo 1º do discurso do então imperador D. Pedro II: "A Caixa Econômica estabelecida na cidade do Rio de Janeiro [...] tem por fim receber, a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas e de assegurar, sob garantia do governo imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este reclamar."

O decreto assim afirmava que a poupança passava a ser concebida como uma reserva de direito do cidadão brasileiro, poupada pelas classes despossuídas e que seria utilizada nos momentos mais difíceis; e que, sob a égide do poder público, a poupança seria resguardada como investimento seguro e garantido pelo então governo.

Um fator importante e que marcou a personalidade social da Caixa foi o atendimento, nos primeiros anos de vida da instituição, da população negra e escrava da época, pois o banco também aceitava os depósitos de escravos no Brasil do Segundo Reinado. A possibilidade de abertura de contas de poupanças para escravos foi autorizada pela Lei nº 2.040, de 1871, que permitia ao escravo formar um pecúlio, uma economia advinda do trabalho ou obtida por doações e heranças, guardado em conta de poupança, em nome do senhor do cativo,

tendo em vista que era necessária a autorização do proprietário para que o interessado pudesse abrir a conta. Mas, segundo relatos de época, os pagamentos ou retiradas dessas economias só podiam ser realizadas pelo escravo. Se o escravo fosse alforriado, já poderia abrir uma conta em seu próprio nome.

A cobertura da Caixa pelo Brasil afora é quase total. Há pontos de atendimento e agências bancárias na quase totalidade dos municípios brasileiros. Em números aproximados, são cerca de 2.100 agências, 500 unidades de penhor, 500 postos de Atendimento bancário, 1.200 pontos de atendimento eletrônico, 13.600 correspondentes não lotéricos, e, destes, cerca de 5.400 com equipamentos Caixa Aqui, e 8.200 somente na área comercial. Além dessa cobertura, a Caixa conta com o apoio de 10.300 casas lotéricas, cerca de 20.000 autoatendimentos em 2.700 salas, e ainda conta com a estrutura da rede Banco 24Horas, com 4.300 postos de atendimento, além da rede externa de caixas compartilhadas com o Banco do Brasil, chegando a quase 6.000 terminais do Banco do Brasil.

De um modo ou de outro, a Caixa é o único banco presente em todos os 5.560 municípios do país, chegando a atender até o público brasileiro que vive no exterior, por intermédio de uma e-conta Caixa internacional, que propicia atendimento a distância, no qual os clientes podem fazer remessas de dinheiro ao Brasil, abrir poupanças e aplicar suas economias em letras hipotecárias.

A Caixa abrange uma gama enorme de segmentos sociais. Promove programas de premiação, incentiva e dissemina experiências regionais bem-sucedidas, por meio do Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local. Trata-se de um programa que valoriza a experiência e a criatividade de populações e de prefeituras, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Portanto, desde os clientes do crédito imobiliário, dos pontos de penhor, de trabalhadores que recebem seguros-desemprego, beneficiários do PIS e do FGTS, estudantes que têm o apoio do Financiamento Estudantil (Fies), aposentados, apostadores das premiações das loterias e beneficiários dos programas sociais, todos são atendidos pela Caixa Econômica Federal. E tudo isso é feito e apoiado por seus colaboradores, quase 81.000 funcionários da Caixa por todo esse Brasil tão grande, tão diverso e ao mesmo tempo tão sincronizado com o ideal social implantado pela Caixa Econômica Federal – de atendimento e participação pública de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de cor, etnia, condição econômica ou universo social.

É importante ressaltar que a Caixa não deixou de ser competitiva ao priorizar o atendimento à população mais carente de recursos públicos. Ela também é uma empresa de porte competitivo e bastante rentável. Ao ampliar sua capacidade de investir no desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, a instituição promove a inclusão bancária de vários segmentos sociais, sobretudo os mais carentes.

A Caixa incentiva o desenvolvimento humano e intelectual, pois financia e patrocina projetos educacionais, desportivos e artísticos. No âmbito artístico, mantém o apoio ao desenvolvimento da cultura, através da Caixa Cultural, administrando diversos projetos de produção artística e valorizando substancialmente as variadas manifestações regionais da cultura brasileira, além de vertentes estrangeiras, com o intuito de promover o intercâmbio entre culturas e a troca de experiências estéticas e de diálogo.

Considerações finais

A Caixa foi gestada e nasceu das veias da ordem social. Mas não surgiu em qualquer ordem social. Nasceu daquela ordem de subjugo, necessidade, insalubridade, de uma população constantemente vilipendiada em seus direitos essenciais. E isso foi extraordinário! Jamais se imaginou que uma instituição pública com esse feito pudesse crescer sob os auspícios de demandas de populações de rendas baixas, altamente segmentadas e excluídas da ordem social estabelecida.

A Caixa nasceu dos anseios de uma gente que, nas palavras do grande Darcy Ribeiro, foi "apresada, de uma gente sem o amor de ninguém, sem família, de uma gente sem identificação com ninguém, de uma gente escrava". A Caixa surgiu em nome de homens e mulheres que viviam à margem da condição humana, à margem da condição digna de subsistência.

A Caixa brotou da necessidade de fazer, de certo modo, justiça social com aqueles que durante séculos foram relegados ao esquecimento. Gente violentada não só fisicamente, mas também social e psicologicamente. Gente que, ao passar por tanta violência, nos diversos estamentos e estratificações sociais nesse Brasil de 500 anos, sofreu com as alterações que ainda nos subjugam, nos deprime e nos tiram o direito de ter direitos.

Quando vemos uma instituição como a Caixa Econômica Federal, que pretende trabalhar mirando o social, mesmo que não tão revolucionariamente, pensamos: "Ainda há esperança de se fazer justiça social." Fazer justiça social é promover a construção de habitações dignas, é realizar a distribuição de água potável, saneamento público e dar impulso à reurbanização de favelas. Fazer justiça social é ampliar a eficácia nas ações de transferência de renda à população mais necessitada. É de algum modo possibilitar a criação de qualificação profissional para os jovens carentes das periferias das grandes cidades. É também assegurar o acesso ao crédito e aos serviços bancários para os milhões de brasileiros que durante séculos foram alijados do *status quo* econômico e social no Brasil. Fazer justiça social é promover a igualdade de direitos, é garantir não só o pagamento de aposentadorias e benefícios sociais, mas também o atendimento dos serviços bancários a todos os brasileiros, estejam onde estiverem, no território nacional ou no exterior.

Fazer justiça social é garantir o pagamento de seguro-desemprego e do PIS, é promover o financiamento estudantil e a distribuição de Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Trabalho. Fazer justiça social é oferecer cada vez mais os serviços, a assistência e as oportunidades, quer sejam elas econômicas, culturais ou sociais, a todos os cidadãos, para assim, de fato, o Brasil ser considerado um país de "todos os brasileiros".

Tudo isso a Caixa tem realizado, fazendo a diferença em busca da realização da justiça social e da igualdade de direitos.

Nesse sentido, não dá para a sociedade brasileira prescindir de um banco público como a Caixa, um banco alicerçado firmemente em ideais do "direito de ter direitos". Um banco que percorreu quase um século e meio de história, de desafios e lutas em nome do direito de fazer a diferença para os que não tinham direitos essenciais. Um banco que nasceu da resistência de milhares de brasileiros e de vários trabalhadores que, com o ideal de trabalhar num banco social, mantiveram-se sempre na função de bem servir o país. Um banco que sempre esteve voltado para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e de todos os brasileiros.

Referências bibliográficas

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caixa Fome Zero. *Responsabilidade social e objetivos do milênio*. Brasília, Caixa Econômica Federal (cartilha), [s.d.].

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *História, missão e visão de futuro*. Disponível em: www.caixa.gov.br/asp/historia_e_missao.asp.

FERREIRA, Olavo. *História do Brasil*. São Paulo, Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

PEREIRA, Lia Valls. "O setor público brasileiro". *Revista dos Empregados da Caixa*, nº 7, jan-fev 2006, p.15-19.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Sérgio Xavier dos. "Caixa Econômica Federal como instrumento de desenvolvimento urbano do governo federal, através do Programa Carta de Crédito, FGTS", [s.r.].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Plácido. "Caixas Econômicas Federais: suas histórias, seu conceito jurídico, sua organização, sua administração e operações autorizadas". Disponível em: www.tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=105.

SILVA, Getúlio Borges da. *Caixas Econômicas: a questão da função social*. Rio de Janeiro, Forense, Rio de Janeiro, [s.d.].

ZIVKO, Wlázia de Oliveira. *Casa própria: sonho ou direito?*, [s.r.]



